COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 290, DE 2000 (Apensas: PECs nºs 318, de 2000; 287, de 2004; 302, de 2008; 471, de 2001; 371, de 2009; 104, de 2011; 250, de 2013)

Dá nova redação aos art. 49, 50, e 58 da Constituição Federal, regulando a convocação de Ministros de Estado, titular de órgão vinculado à Presidência da República, dirigente da administração direta, indireta, de entidade reguladora ou de serviço público pelo Congresso Nacional.

Autores: Deputado LUIZ ANTÔNIO FLEURY e outros

Relator: Deputado LEONARDO GADELHA

I – RELATÓRIO

A Proposta de Emenda à Constituição nº 290, de 2000, visa a acrescentar ao art. 49 da Constituição Federal o inciso XVIII e parágrafo único, bem como dar nova redação ao *caput* do art. 50 e agregar a esse dispositivo o § 3º. Ela ainda dá nova redação aos incisos III e IV do § 2º do art. 58 do texto constitucional.

Vale transcrever as alterações ora propostas:

“Art. 49.....

Parágrafo único. As agências reguladoras de serviços públicos são vinculadas diretamente ao Congresso Nacional, a quem prestarão contas de suas atividades anualmente, e, sempre que requisitadas, às comissões temáticas das Casas Legislativas.

8080286033

8080286033

XVIII – aprovar, por maioria simples e por voto secreto, a exoneração de dirigente de entidade reguladora de serviço público antes do término de seu mandato, assegurada ampla defesa, na forma do regimento interno.

Ar. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas comissões, poderão convocar Ministro de Estado, titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República, dirigente de órgão da administração direta ou indireta, de fundação pública ou de fundo de pensão de entidade pública, paraestatal ou sociedade de economia mista, ou de entidade reguladora de atividade econômica ou de serviço público explorado mediante autorização, concessão ou permissão sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificção adequada.

§ 3º A convocação de que trata este artigo aplica-se a dirigentes de empresa concessionária de serviço público, caso em que a ausência injustificada implicará em crime de desobediência.

Art. 58

§ 2º

III – convocar Ministro Estado, titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República, dirigente de órgão integrante da administração direta ou indireta, de fundação pública ou de fundo de pensão de entidade pública, paraestatal ou sociedade de economia mista, ou de entidade reguladora de atividade econômica ou de serviço público mediante autorização, concessão ou permissão, para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;

IV – receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões de autoridades e entidades públicas ou empresas concessionárias de serviço público;(NR)”

Vê-se que a proposta em exame visa a aumentar o controle da Administração, alcançando, de modo explícito as agências reguladoras, e alargando o rol das autoridades convocáveis pelo Congresso Nacional.

À Proposta de Emenda à Constituição nº 290, de 2000, encontram-se apenas outras proposições que, agora, passo a examiná-las:

A PEC nº 318, de 2000, altera o inciso III do § 2º do art. 58 de nossa Constituição, alargando também o rol das pessoas da Administração Pública que possam ser convocadas para prestar informações concernentes às

8080286033

8080286033

suas atribuições. Esse também, ainda que com redação diferente, é o objetivo da PEC nº 287, de 2004, a qual modifica o art. 50 da Constituição da República; da PEC nº 302, de 2008; da PEC nº 471, de 2001, que modifica tanto o art. 50 quanto o art. 58 do Diploma Maior, visando a dar mais abrangência à lista dos convocáveis da Administração pelas Casas do Congresso Nacional, ou por qualquer de suas comissões.

Por sua vez, a Proposta de Emenda nº 371, de 2009, introduz o parágrafo terceiro no art. 50 da Constituição da República, prevendo o comparecimento semestral dos Ministros de Estado para prestarem contas do andamento da gestão da respectiva pasta. Essa exigência alcança também os diretores de agências reguladoras. A demonstração e a avaliação do cumprimento das metas fiscais, por parte do Poder Executivo, apresentadas semestralmente, supriria a obrigatoriedade do comparecimento pessoal das autoridades referidas.

A Proposta de Emenda nº 104, de 2011, estende a lista das autoridades convocáveis aos administradores de entidades da Administração Pública federal indireta.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 250, de 2013, é a última apensa. Ela modifica o parágrafo único do art. 87 de nossa Constituição, para instituir o comparecimento semestral dos Ministros de Estado perante a respectiva Comissão permanente da Câmara dos Deputados. A título de exemplo, na Comissão de Viação e Transportes, o Ministro titular do Ministério dos Transportes.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, na forma do Regimento Interno desta Casa (art. 32, IV, "b", e 202, *caput*), examinar as propostas de emenda à Constituição quanto à sua admissibilidade.

No caso da Proposta de Emenda à Constituição nº 290, de 2000, e de suas apensas, constata-se que todas elas alcançaram o quórum constitucional de apoio, previsto no art. 60, I, da Constituição da República.

8080286033

8080286033

Não ocorrendo no momento intervenção federal, estado de defesa ou de sítio, não há impedimento à análise da matéria pelo Congresso Nacional (art. 60, § 1º, da Constituição da República).

A matéria exibida pela Proposta de Emenda à Constituição nº 290, de 2000, e por suas apensas, em nenhum momento atropela as cláusulas de intangibilidade de nossa Constituição, haja vista que não se atenta contra a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais (art. 60, § 4º, I, II, III e IV, da Constituição da República).

Eis por que esta relatoria vota pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 290, de 2000, e de suas apensas, a PEC nº 318, de 2000; a PEC nº 287, de 2004; a PEC nº 302, de 2008; a PEC nº 471, de 2001; a PEC nº 371, de 2009; a PEC nº 104, de 2011; e a PEC nº 250, de 2013.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado LEONARDO GADELHA
Relator